

# A encruzilhada Grega



**Gonçalo Maia Camelo**  
Advogado

**A ENCRUZILHADA GREGA CONSTITUI, ASSIM, UM SÉRIO AVISO À NAVEGAÇÃO” E UMA “BÚSSOLA” PARA O PRÓXIMO GOVERNO DE PORTUGAL**

**N**ão é fácil vaticinar qual será o desfecho da “tragédia Grega”, nem, tão pouco, as consequências que uma eventual saída da Grécia do Euro e da União Europeia poderão acarretar para “Gregos e Troianos”, incluindo Portugal e os Portugueses. Ainda assim, de todos os “resgatados”, nós somos, certamente, aqueles que, salvaguardadas as devidas distâncias, melhor compreendem as dificuldades e incertezas pelas quais os Gregos estão a passar. Com efeito, para além de, logo a seguir aos Gregos, termos sido aqueles que mais sofreram “na pele” os efeitos da austeridade, convém não esquecer que, em tempos, houve quem vaticinasse que o destino de Portugal seria igual ao da Grécia, e que ambos estavam condenados a sair do Euro.

No entanto, e não obstante todas as incertezas, bem como todas as surpresas que o futuro no pode reservar, parece ser já possível dar algumas conclusões como certas. Em primeiro lugar, que a situação de Portugal nunca foi igual à da Grécia. Os “sintomas” até podiam ser idênticos, a receita foi bastante parecida, mas Portugal revelou-se um “paciente” menos enfermo e mais cumpridor das “prescrições médicas”. Mérito nosso – certamente, pois os Portugueses souberam sofrer e lutar –, ou demérito dos Gregos – talvez não só, mas também –, a verdade é

que o destino de Portugal parece já não estar irremediavelmente ligado ao da Grécia.

Por outro lado, constatou-se que a teoria defendida pela “esquerda radical” – e por alguma menos radical – segundo a qual, caso Portugal tivesse “batido o pé” aos “países grandes” e aos “credores”, estes teriam recuado e a austeridade teria sido menor, estaria certamente votada ao insucesso. A Grécia está a tentar – corajosamente, refira-se – fazê-lo, mas os avanços e os proveitos têm sido nulos, e nada indica que, se Portugal o tivesse feito, os resultados teriam sido (ou serão) diferentes.

De igual forma, parece evidente que, afinal, a estabilidade política sempre foi um bem em si mesmo, e uma condição essencial para o – aparente – sucesso do programa de resgate. Mudar o actual Governo só por mudar, nada teria resolvido, ou evitado. Antes pelo contrário, e até porque quem nos governaria seria – muito provavelmente – quem nos levou à “banarrota”, uma, ou, tal como sucedeu na Grécia, várias eleições nos últimos 4 anos teriam – certamente – representado um bilhete para fora do Euro, ou, pelo menos, para o prolongamento e endurecimento da intervenção externa.

Finalmente, parece evidente que, ao contrário do que alguns prometem, a austeridade estará para ficar, pelo que, pelo menos por mais uns anos, não será possível voltar ao anterior status quo. Com efeito, e por muito que tal nos possa custar, hoje em dia austeridade rima, mais do que com maldade, com necessidade e com responsabilidade. Por um lado, a necessidade de quem, ainda que, por vezes, sem culpa/intenção, gastou demais e/ou não produz o suficiente, dependendo de financiamento externo para equilibrar os seus défices públicos/orçamentais. Por outro lado, a responsabilidade de quem nos financia nos exige, e que, por muito que nos doa, não deixa de ser legítima. Na verdade, não deixa de ser aceitável – e até lógico – que quem é “forçado” a emprestar dinheiro a outrem se sinta no direito quer de estabelecer as condições em que o faz, quer de acautelar o respectivo reembolso.

A encruzilhada Grega constitui, assim, um sério aviso à navegação” e uma “bússola” para o próximo Governo de Portugal. A Europa já (nos) mostrou que sabe ser solidária, mas que não é “impávida”, e nós já sabemos – ou já devíamos saber – que a irresponsabilidade se paga caro.

